

# PROCESSOS PSICOSSOCIAIS E SUBJETIVOS DO REMANEJAMENTO DE FAMÍLIAS DE UMA ÁREA DE INVASÃO PARA UM REASSENTAMENTO HABITACIONAL

Cayo Vinícius Lemes Vieira<sup>1</sup>

Elizandra Pereira dos Santos<sup>2</sup>

Geiza Tokaz da Cruz<sup>3</sup>

Joyce Kelly Pescarolo<sup>4</sup>

## RESUMO

A proposta desta pesquisa é compreender as mudanças subjetivas que estão implicadas na vivência de algumas famílias em um processo de reassentamento habitacional. A Pesquisa foi direcionada ao Condomínio Vila Verde, localizado na divisa entre São José dos Pinhais e Piraquara, ele foi construído como forma de reassentar indivíduos que habitavam as margens do Rio Itaqui - região de preservação ambiental que sofreu ampla apropriação de algumas famílias nos últimos tempos. A Metodologia utilizada foi qualitativa, com base na etnografia que pressupõe a construção de conhecimentos na relação pesquisador - pesquisado. Dentro da etnografia, privilegamos a observação, a realização de entrevistas semiestruturadas (22 indivíduos) e a fotografia. O material levantado possibilitou organizar a pesquisa em 3 temas principais: 1. As questões identitárias, 2. A questão financeira e 3. A segurança versus a liberdade. As conclusões encontradas por meio desses relatos e da bibliografia utilizada nos permitem afirmar que há necessidade de se olhar para além dos critérios pragmáticos envolvidos no processo de viver entre muros que a construção de condomínios propõe, uma vez que neles existem sujeitos com diferentes necessidades de habitação e modos de vida.

Palavras-chave: Condomínio. Mudança. Reassentamento. Etnografia.

<sup>1</sup> Aluno do 4º período do curso de Psicologia da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à iniciação científica (PAIC 2017-2018). *E-mail:* cayo.vieira@mail.fae.edu

<sup>2</sup> Aluna do 8º período do curso de Psicologia da FAE Centro Universitário. Voluntária do Programa de Apoio à iniciação científica (PAIC 2017-2018). *E-mail:* elizandra.santos@mail.fae.edu

<sup>3</sup> Aluna do 9º período do curso de Psicologia da FAE Centro Universitário. Voluntária do Programa de Apoio à iniciação científica (PAIC 2017-2018). *E-mail:* geiza.t.cruz@mail.fae.edu

<sup>4</sup> Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Docente e coordenadora do curso de Psicologia da FAE Centro Universitário. *E-mail:* joyce.pescarolo@fae.edu

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve como interesse uma região que fica na divisa entre dois municípios da região metropolitana de Curitiba, Piraquara e São José dos Pinhais. Trata-se da Bacia do Rio Itaqui, região de relevância ambiental em função da existência de mananciais de água e de área de preservação ambiental.

Nas últimas décadas houve, na região, um intenso processo de ocupação irregular por parte de várias famílias sem condições econômicas de estabelecer moradia em áreas legalmente regulamentadas para habitação. Em decorrência disso, muitas casas foram construídas em locais sem nenhuma condição de ocupação territorial, agravado pelo fato de que essas áreas de preservação ambiental e de mananciais passaram a sofrer grandes impactos ambientais. De acordo com Gallarza (2015, p.6), “com o processo de ocupação crescente, um dos principais impactos sofridos no ambiente é a supressão da mata ciliar”, o que causaria incidência de alagamentos, degradação das margens do rio e da paisagem. Diante dessa realidade, a Secretaria Municipal de Habitação de São José dos Pinhais criou o PROJETO ITAQUI, com o objetivo de reconstruir ambientalmente a Bacia do Rio Itaqui através da reconstituição da mata ciliar, da execução de canais de drenagem e saneamento básico.

O projeto já aconteceu e também incluiu o reassentamento de 900 famílias que residiam na área. Entre os ocupantes havia famílias sem nenhuma documentação dos imóveis. Havia também aquelas que possuíam legalidade sobre os imóveis, mas todas essas famílias encontravam-se em condições de precariedade socioambiental (GALLARZA, 2015). O reassentamento previu a construção de 5 conjuntos habitacionais com 825 unidades de apartamentos e casas e 16 lojas comerciais. Ele aconteceu entre os anos de 2014 e 2015.

FIGURA 1 – Contexto socioambiental: Bacia do Rio Itaqui, São José dos Pinhais, PR



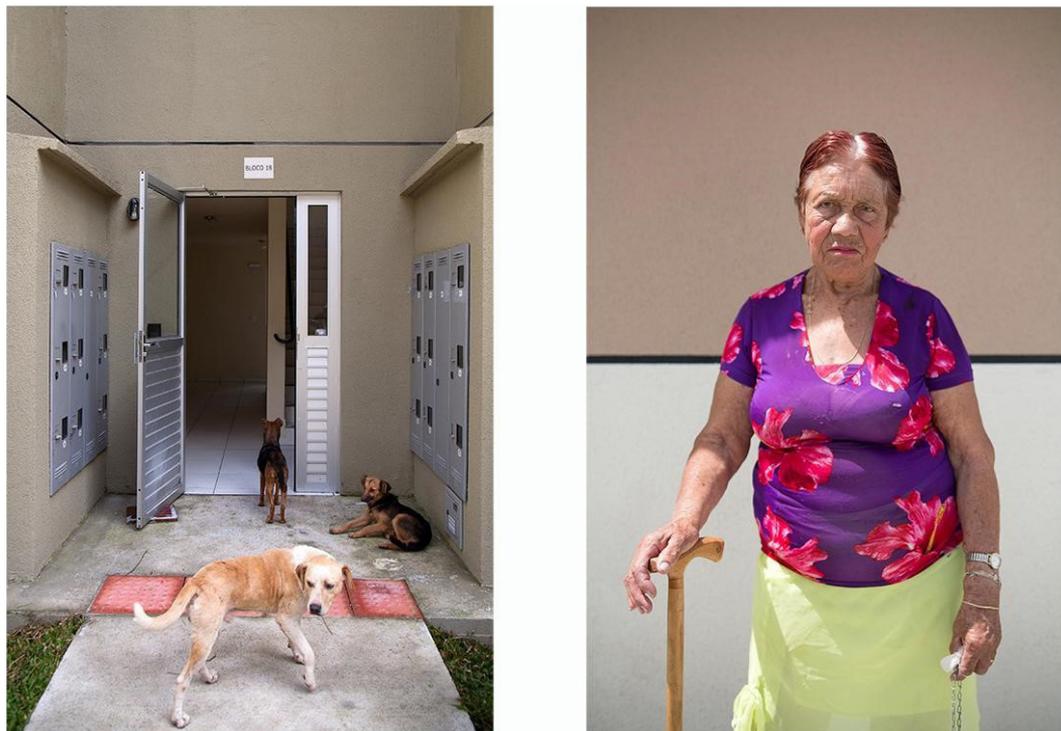
FONTE: Fotografia integrante do livro Mudanças de 2015 por Cayo Vieira

A vida dessas famílias, antes e durante a mudança foi retratada em um livro de fotografias chamado “Mudanças”, de Vieira (2015). O livro retrata, por intermédio das fotos e de uma pequena história, a vida de 13 famílias envolvidas no processo.

Esse trabalho se propôs a realizar uma pesquisa na área de Psicologia Social Comunitária e objetivou compreender como está a vida dessas famílias 3 anos após o processo de reassentamento. Como perguntas norteadoras para objetivo da pesquisa, foram elencadas as seguintes: 1. Essas famílias permanecem no local reassentado? 2. O que mudou e de que forma essas mudanças impactaram nas subjetividades desses indivíduos? 3. As mudanças foram percebidas por essas famílias como positivas ou negativas? 4. Como estão as redes sociais que essas famílias possuíam antes do assentamento, foram preservadas? 5. Houve mudanças nos hábitos sociais dessas pessoas?

É importante informar que muitas pessoas mencionadas na pesquisa foram identificadas com nome e sobrenome, além de terem suas fotos publicadas. Essa decisão, que obviamente possui a anuência dos participantes, estaria relacionada com a força da narrativa e o entendimento de que não haveria nem um tipo de comprometimento ético ou dano moral e material aos participantes.

FIGURA 2 – Dona Maria e a adaptação



FONTE: Fotografia integrante do acervo do projeto Mudanças, 2015 por Cayo Vieira

## 1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa se caracterizou como sendo uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa, pois tal metodologia está mais relacionada com o levantamento de dados sobre as motivações de um grupo, com a compreensão e interpretação de determinados comportamentos, a opinião e as expectativas dos indivíduos de uma população (GERHARDT; SILVEIRA, 2009), ou seja, essa abordagem de pesquisa se volta para questões de cunho mais subjetivo, pois devemos partir do princípio de que as várias formas de expressão da vida estão cada vez mais evidentes nas sociedades, expondo as diferenças individuais ou sociais, que cada ser apresenta.

No caso da pesquisa qualitativa o tamanho da amostra não precisa seguir um rigor estatístico, mas ela deve apontar um retrato da população estudada, refletindo suas características e fornecendo ao pesquisador alguns insights para a análise. Conforme Chizzotti (2006) tal abordagem se constitui através de uma partilha muito expressiva com as pessoas, com os acontecimentos e com os locais, que se apresentam como objetos de pesquisa, para, a partir dessa convivência e de uma atenção sensível voltada a estas questões, conseguir entender os significados que são visíveis ou não, então, neste tipo de pesquisa, a atuação do pesquisador é característica fundamental para lapidar o grande volume de informação bruta recebida e interpretar da melhor maneira possível esse material.

Para a realização desse estudo, os pesquisadores optaram pela utilização do método etnográfico, que tem origem na Antropologia, mas é uma ferramenta privilegiada para a Psicologia. A etnografia pressupõe a inter-relação entre o pesquisador e o grupo de estudo, bem como a interação entre ambos, sendo que o investigador se vale de algumas técnicas para a coleta de dados como a observação direta, as entrevistas não diretivas e as conversas tanto formais como informais (ROCHA; ECKERT, 2008). A etnografia realiza uma imersão na realidade social em que se pesquisa, ou seja, há um “mergulho” no grupo que se estuda, tendo então uma convivência prolongada com o objeto de pesquisa, pois “a interação é a condição da pesquisa” (ROCHA; ECKERT, 2008, p. 3). Dessa forma, buscou-se no tempo de vivência com os pesquisados, tanto obter informações para o estudo, como um convívio contínuo com esses, para se compreender as informações reunidas.

As técnicas de pesquisa, utilizadas para a elaboração desse estudo, foram as entrevistas não diretivas com a realização de perguntas abertas, que visam coletar informações que buscam uma maior amplitude de entendimento sobre determinada situação. Conforme Bourdieu (2001, p. 704) “[...] a entrevista pode ser considerada como uma forma de exercício espiritual, visando a obter, pelo esquecimento de si, uma verdadeira conversão do olhar que lançamos sobre os outros nas circunstâncias comuns da vida.”. Outra técnica utilizada foram as observações diretas, ou seja, verificou-se por meio dessa as atividades do grupo de estudo e suas relações com o novo local de

moradia. Podemos destacar, que a terceira técnica utilizada para esse estudo, mas não com menor relevância, foi o uso da fotografia, pois segundo Flick (2009), as câmeras permitem registrar o momento como ele acontece, isto é, possibilitam que se capturem detalhadamente os fatos e características do momento e também nos mostram, como no caso dessa pesquisa, as formas de vida das pessoas, ou seja, através da imagem registrada conseguimos ter uma leitura dos fatos, sem necessariamente precisarmos apresentar textos e números, sobre esse acontecimento (LOIZOS, 2012).

Esse estudo teve como campo de pesquisa o Condomínio Vila Verde, localizado em São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba, e suas adjacências, propondo-se em um primeiro momento a visitar 13 (treze) famílias que tiveram suas histórias retratadas no livro *Mudanças*, no momento em que estavam sendo realocadas da bacia do Rio Itaquí, para suas novas residências, no novo condomínio construído para esse fim. Além disso, identificamos outros pontos enriquecedores à pesquisa decorrente dos primeiros encontros, assim tivemos também como objetivo de incluir outras famílias que passaram pelo mesmo processo que envolveu o Projeto Itaquí, proposto pela prefeitura de São José dos Pinhais, para criar um mapa psicossocial mais denso, capaz de apontar problemas e possibilidades de um processo de reassentamento. Ao todo, acabamos entrevistando 22 famílias, sendo desse total, 9 das quais já haviam tido sua história retratada no livro *mudanças* e outras 13 famílias que residiam no condomínio horizontal, no condomínio vertical e na área de invasão, totalizando então a média de 440 (quatrocentas e quarenta) horas de entrevistas.

Por tratar-se de uma pesquisa qualitativa, os resultados nesse caso em particular não são expectados dentro de uma hipótese previamente construída. Buscamos verificar as mudanças sociais envolvidas em um projeto de reassentamento e esperamos traçar um quadro comparativo bastante interessante. Apesar de algumas famílias do livro *Mudanças* não terem sido encontradas, esperamos com essa mostra apresentar uma pesquisa bastante qualificada e representativa dos impactos sociais e subjetivos dos processos de reassentar pessoas em outros territórios.

## 2 DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 2.1 QUESTÕES IDENTITÁRIAS

*Uma política habitacional não deve ser orientada para oferecer uma moradia para o indivíduo, pois uma moradia, por si só, não é capaz de sanar as necessidades desse indivíduo, que vão além da necessidade de um local para residir. (SILVA, 2016, p. 9)*

Seu João Barba, senhor da foto abaixo, não pôde ganhar um apartamento no Residencial Vila Verde, pois na época da distribuição das moradias não possuía a carteira de identidade, dentre outros documentos necessários para aquisição do imóvel. Hoje, vive sem os vizinhos, na mesma casa de invasão na beira do rio, a alguns metros do que ele chama de seu rancho, no entanto, a questão da identidade se transforma sem necessariamente ter relação com a documentação: ela é de outra ordem.

FIGURA 3 – João Barba



FONTE: Fotografia integrante do acervo do PAIC, 2017-2018, por Cayo Vieira

Quando se fala em questões identitárias, refere-se à adaptação do sujeito a uma forma de ser, de conviver, de se adequar a um meio específico e sentir-se representado por ele (HALL, 1992). Bourdieu (1989), através do seu conceito de *habitus* também nos possibilita pensar questões relativas à constituição da identidade. *Habitus* é o modo como o indivíduo exterioriza o que é interior e ele, é uma condição integrada a esse sujeito. Compreende sua forma de mostrar-se no mundo. Ele seria o resultado da mediação das experiências e práticas individuais do sujeito e sua condição social. Esse conceito nos ajuda a entender o processo social que atravessa os indivíduos. Os moradores do conjunto Vila Verde teriam constituído um *habitus* baseado na vivência social a qual estavam inseridos - sua forma de habitação, relação com os vizinhos e familiares, com o próprio rio Itaqui e seu cotidiano.

Quando sujeito precisa reformular seu *habitus*, no momento em que, por exemplo, muda-se de seu lugar de origem, esse sofre um desencaixe, visto que já não se encontra no lugar em que estava habituado. O discurso da moradora I. evidencia um exemplo do que pode ser definido como um *habitus* desencaixado:

I – “É terrível, não é fácil. A gente sair do mundo que a gente viveu pra cair num mundo desse aqui num... eu não sei, eu não guento memo.”

Entrevistador – “E como era esse mundo em que você vivia?”

I – “Não, esse mundo que eu tô falando pro cê é tá lutando com as coisa, né? Trabaçando, ter a tua horta, ter a tuas galinha. Lá eu tinha galinha, lá eu tinha ovo fresco pra mim comer – ...” [Sic] (I., 66 anos)

Tal questão pode também ser pensada pelo viés de Merleau-Ponty (1999), que define o ser como um sujeito entrelaçado ao mundo e que é afetado pela presença dos objetos. A subjetividade então seria construída com base na relação ser e mundo, em que os dois se alteram constantemente. Aqui, a relação de I. com suas galinhas está além da utilidade de se produzir o próprio alimento, diz de uma forma de ser no mundo, que traz sentido à sua vivência nele e que agora sofre alterações, uma vez que as regras do condomínio não permitem a criação de animais.

A lógica dos condomínios é revestida da ideia de felicidade, de um modelo de vida e ideal de consumo apanhados na ficção, nem sempre traz a mesma apropriação prometida nessas ideias, visto que ela é construída com base em um discurso ideológico que dita que o mal viria de fora – daí a exigência de construção de muros que nada mais são do que símbolos de negação da diferença. Ignorando, assim, que dentro desse espaço, por mais estruturado que possa ser ainda existem relações humanas e sociais se construindo todos os dias. (DUNKER, 2017). A pesquisa mostrou que os ideais típicos das classes média, da utópica felicidade protegida no interior dos condomínios, podem ser esmagadores da subjetividade quando pensamos na população pesquisada.

O condomínio Vila Verde foi entregue aos moradores como sendo uma nova moradia cercada com os aparatos de segurança ditos necessários, no entanto permaneceram os modos de vida já existentes de uma comunidade que se formou sem pagar impostos e serviços e agora se vê com a obrigação de contribuir com valores mensais de condomínio, água e luz e de pertencer à nova lógica vigente. Um exemplo dessa mudança aparece no discurso da moradora Z. e da moradora I.:

Z. – “Antes, quando nois morava lá embaixo, não tinha conta nenhuma, né? Porque a gente não pagava nada lá.” [Sic]

I. – “Lá eu tinha ovo fresco pra mim comer e aqui tudo que você quer comprar e comer você tem que comprar, né? Eu tinha pra dar pros vizinhos e hoje eu não tenho nem pra mim! Não é fácil...” [Sic]

Essa nova estrutura de moradia pede uma inovação na apropriação identitária, na relação desse sujeito com o seu meio. Os moradores da antiga área de invasão e que agora habitam os muros do condomínio Vila Verde recebem na mudança uma nova casa ou apartamento, mas levam consigo todos os seus velhos hábitos, suas velhas formas

de interação com o meio que até então habitavam. Seus modos de interagir com essa nova propriedade continuam seguindo os moldes já aprendidos conforme a realidade que eles conhecem.

Os reflexos disso são o alto índice de inadimplência do condomínio, visto que os moradores não compreendem a lógica desse pagamento como importante ou não conseguem fazê-lo por questões financeiras. Dessa forma, a ideia de uma nova mudança aparece com muita frequência quando questionam sobre a possibilidade de se trocar o imóvel ou vendê-lo. Aparece também a constante retomada que fazem nos seus discursos sobre o lugar de origem – a área de invasão – com sentimento de saudade, por mais inconstante que a situação pudesse ser. Esse fato está presente na fala do morador A:

Entrevistador: “O que vocês tiveram que deixar lá que vocês sentem falta?”

“[...] cachorro. Eu fico com raiva daqui, por causa que falaram que não podia trazer animais para cá e quando eu vejo direto é cachorrinho de qualquer um aí, cachorro (inaudível) fica o dia inteiro latindo e o meu cachorro eu queria tanto trazer, mas não pode por causa que...eu não sei falar isso.” (sic A, um garoto de 13 anos)

“Até hoje ele tá lá!” [Sic] (AD, 39 anos, sua mãe)

Esses fatores nos permitem refletir que as questões identitárias sofrem grande impacto por conta da nova realidade de condomínio, uma vez que elas dependem da identificação do sujeito com esse novo lugar e do grau de intensidade do sentimento de ser representado por essa esfera (HALL, 1992).

## 2.2 A QUESTÃO FINANCEIRA

A pesquisa apontou que boa parte dos moradores do condomínio Vila Verde, que antes habitavam a bacia do rio Itaqui, vieram para essa região em busca de melhores condições de vida. De forma bastante comum, a busca por uma situação melhor de vida em outra cidade, que não a de origem, leva os recém-chegados a residirem nas periferias. Devido à falta de dinheiro, só conseguem comprar imóveis ou terrenos nessas regiões, pois nas cidades a distribuição de seu espaço também está relacionada com as questões econômicas (PESCAROLO, 2017). No caso da população que residia na área de invasão da bacia do rio Itaqui, as pessoas não possuem sequer escritura das casas.

Outro ponto relevante é a questão da exclusão gerada por essa vulnerabilidade habitacional (SILVA, 2016). A exclusão, segundo Sawaia (2006), é um processo complexo, que apresenta muitos aspectos, incidindo sobre questões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. A exclusão é um produto do funcionamento do sistema em que estamos

inseridos. Essa mesma autora também afirma que “a sociedade exclui para incluir e esta transmutação é a condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão” (SAWAIA, 2006, p. 8).

FIGURA 4 – Veracema



FONTE: Fotografia retirada do livro Mudanças de 2015 por Cayo Vieira

É relevante se pensar nesse conceito, pois é evidente que os residentes do condomínio pesquisado eram e ainda são excluídos sociais. Embora tenham sofrido uma mudança habitacional que poderia ser objetivamente compreendida como melhoria, ainda estão bastante à margem da população com certo poder aquisitivo. A mudança de moradia não resolve os problemas sociais e econômicos dessa população já que: 1. Não foi consequência de uma melhoria econômica, eles receberam a nova residência e não a compraram e 2. As condições objetivas e subjetivas de vida permanecem as mesmas para a grande maioria das pessoas pesquisadas. Ou seja, olhando de fora é possível pensar que houve uma melhora geral na vida de todas essas pessoas, já que para os padrões sociais hegemônicos, agora, nos condomínios, essas pessoas teriam dignidade e o mínimo de conforto. Porém, do ponto de vista da percepção dos pesquisados as coisas são um pouco diferentes.

*1 – “Ah eu sinto falta da minhas prantinha né e prantava [...] prantava até milho, comia milho verde lá [...] e aqui não tem nem pra pranta uma cebolinha [...] lá tinha as coisa pra dá pros vizinho [...] aqui se eu quero tem que compra tudo [...] não é fácil né. [...] Tô pedindo pra Deus abençoa que uma hora dá certo de [...] acha alguma casa pra toca, pra mim.” [Sic] (I., 66 anos)*

O que via de regra acontece é que essas políticas habitacionais não são pensadas para e por aqueles que usufruirão de seus efeitos. Vários dos pesquisados se identificavam com os estilo de vida que tinham na beira do rio e se sentiam como que fazendo parte daquele local, podendo realizar atividades que hoje não mais conseguem e trazendo a seguinte reflexão: será que para alguns condôminos, essa mudança realmente foi benéfica?

Por meio das entrevistas realizadas com um grupo de moradores do condomínio, pudemos perceber que a vida no condomínio traz uma série de novas questões que não conseguem ser incorporadas como parte da rotina e da lógica dessa população que antes habitava uma área de invasão: o pagamento da taxa condominial, que é responsabilidade do próprio condômino e não do poder público, o fato de usarem a água e dividirem o custo com todo o condomínio, a utilização de “rabichos” de vizinhos, ou de parentes que moravam no mesmo terreno.

Fica evidente uma dessas questões relacionadas ao pagamento, em uma conversa informal com uma das moradoras, posteriormente entrevistada, comentando que a única coisa que a incomodava, era a de que na nova moradia ela precisa pagar o condomínio e por esse motivo comentou, sobre um incidente que havia ocorrido nas semanas anteriores, em que uma moradora, que estava bêbada segundo a informação da locutora, ao entrar no condomínio bateu seu carro contra o portão e o prejuízo foi dividido entre todos os condôminos e essa relatou que não achava isso certo, pois não havia sido ela quem causou o estrago e sim, a outra.

Por meio das conversas realizadas com moradores que também foram realocados, mas que são residentes do condomínio horizontal, ou seja, das casas, e que não há o aparecimento da queixa trazida pelos moradores do condomínio vertical em relação ao gasto extra com o condomínio, sendo que os moradores das casas avaliam de uma forma mais positiva sua mudança. Eles também trazem a questão de que o pagamento das contas realmente aumentou, mas não de forma que comprometesse o orçamento familiar.

Ainda relacionado com o pagamento do condomínio, é o de que algumas das famílias residentes têm dificuldade para realizar o pagamento dessa taxa, mesmo que o valor seja baixo comparado a outras localidades, pois ou são pessoas que estão desempregadas na maioria dos casos, ou vivem com uma renda muito pequena por mês, ou só recebem auxílio do programa Bolsa Família e então, priorizam a compra de alimentos e pagamento de outras contas consideradas mais importantes, a liquidar o valor da conta do condomínio. Essa afirmação pode ser constatada no recorte de duas entrevistas.

*A – “[...] Então é isso que quebra, porque tem muita gente aqui que a gente sempre conversa, então tem uma com marido desempregado, [...] imagine eu sozinha com essas criança, oh um exemplo, o leite dele acabo hoje, eu tô com dinheiro ali, como que eu vo dexa de junta o dinheiro pra paga o condomínio, se meu filho tá precisando de leite. Então já vo pra rua, vo te que tira o dinheiro, entendeu, óbvio o meu gás, o*

*meu gás a luz óbvio, dexo sempre pago, mas tipo um condomínio, pode não se nada de mais, duzentos reais mais pesa Ontem duas pessoa que falaram comigo, daqui desse que a mãe tava falando, o marido se suicido, tento se suicida, tava internado sei lá a mulhe também tava no ponto de se mata, porque o povo veio aqui começa, que dize tiro a gente do buraco, tá era buraco, mais pelo menos a minha cabeça eu durmia sussegada lá no meio do buraco (risos), mais gente eu não durmo sussegada. [...]"*

Entrevistador – “Então lá você não durmia sussegada por conta dessas coisas mais da natureza assim, os fatores que ameaçavam a tua saúde, a segurança e aqui outras coisas te afetam.”

A – “Aqui são as contas.” [Sic] (A., 39 anos)

B – “Hoje em dia, eu vô fala pra hoje, pra hoje eu acho que uns duzentos reais tá vindo. Tipo eles tão me ajudando sabe, a minha mãe me manda um pouco di comida.”

Entrevistadora – “E o condomínio você não tá conseguindo pagar então?”

B – “Não, eu paguei, paguei. Nois fizemo uma vaquinha aí di, com uns amigo nosso aí, daí tava atrasado né, porque eu andei gastando no final do ano, quatro condomínio, paguei tudo daí.” [Sic] (B., 28 anos).

Pode-se perceber também que a taxa de inadimplência é consideravelmente alta dentro do condomínio, pois segundo documentos obtidos através do acesso a banco de dados do condomínio – cedido para apreciação pela atual síndica – no mês de fevereiro de 2018, o percentual dessa falta de pagamento estava em torno de 43,06%, havendo desde 1 a 29 taxas atrasadas, com débitos vencidos desde 2015 até o ano de 2018. Verifica-se, com base nos documentos e nos relatos, que alguns moradores procuram a Caixa Econômica Federal, um dos parceiros que cederam verbas para a construção do residencial, para realizar acordo quanto o pagamento do condomínio, pois há relatos de dívidas em torno de 3 mil reais ou mais, sendo que essa dívida pode levar a retirada do morador do residencial. Também constata-se que existem moradores que ganharam os apartamentos, que estão realizando ‘contratos de gaveta’, para conseguirem vender o apartamento, por não conseguirem se adequar ao local, a vizinhança e entre outras questões, e assim percebe-se que a forma como essas habitações foram distribuídas, que se deu através do número de moradores que residiam na habitação anterior e a distribuição se deu através do sorteio das casas e apartamentos, ou seja, as relações de vizinhança que já estavam estabelecidas anteriormente podem não ser perpetuadas e que não há a análise, por exemplo, da situação financeira daquela família, observando se eles conseguem custear esse pagamento do condomínio.

Outro ponto destacado no período da pesquisa, foi o de que no momento em que as famílias estavam participando das reuniões para serem repassadas informações sobre

a nova moradia, eles foram informados de que o valor que seria pago de condomínio estaria por volta de R\$ 60,00 à R\$ 80,00, porém o valor cobrado sempre foi mais do que esse, sendo que, pode-se dizer, que não houve o devido cuidado, para que as informações repassadas a essa população fossem verídicas e também tentando alertá-los e instruí-los, de que esse valor poderia aumentar devido a melhorias realizadas, a manutenção do local, a inadimplência e entre outros fatores.

Uma questão importante a ser observada, quando há um reassentamento de pessoas de uma antiga comunidade, para um novo local é a necessidade de compreender que, “como uma política social, a política habitacional, precisa focar na criação de sistemas de proteção social, melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento dos indivíduos” (SILVA, 2016, p. 9). Há também de ser pensado qual é a rede de apoio disponível para essas famílias em âmbito assistencial e educacional, para que elas se desenvolvam tanto social como economicamente.

Pode-se dizer que esses moradores não estão só pagando financeiramente essa mudança, mas sim de uma maneira subjetiva, esse preço se impõe a eles. As pessoas não conseguem se identificar com o novo local e estilo de vida, não se apropriam do lugar onde residem. Conforme Vargas (2009) foi através de muito custo, que essas famílias haviam conseguido construir suas casas, mesmo que de forma precária, no local onde antes residiam. Dessa forma, não conseguem identificar como sendo seu o lugar onde hoje é sua ‘casa’. Não puderam levar seus animais de estimação, não podem ter horta ou criação de animais. São bastante comuns os vários relatos de planos de mudança, ou seja, há uma falta de perspectiva em permanecer nesse local.

*R – “Ihhh Deus o livre, ele queria bem dos bichinho dele, gato que ele tinha, cachorro que foi dexado tudo lá né.”*

*Entrevistadora – “Não podia trazer?”*

*R – “Não podia traze gato [...] Deus o livre ele chego chora é pa não traze o gatinho dele.”*

*R – “[...] eu fiz prano de troca, troca o partamento pelo outra casa... casa, mais quase fiz um rolo né [...]”*

*R – “[...] eu quero tê um quartinho né, então daí ele diz, ah porque não troca, ah eu digo ah porque meu filho tem que espera uns dia até deiz ano pa vê o que que vai ocorre, porque depois de deiz ano, eles falaram né, depois que tem documento, daí pode, pode pega e troca né, vende né o partamento [...]. [Sic] (R., 47 anos)*

## 2.3 LIBERDADE *VERSUS* SEGURANÇA

FIGURA 5 – Limites do Residencial Vila Verde



FONTE: Fotografia integrante do acervo do PAIC, 2017-2018, por Cayo Vieira

Igualmente importante no que diz respeito os aspectos subjetivos destes indivíduos, discute-se neste item, relações entre liberdade e segurança observados desde a expectativa à mudança até o processo adaptativo. Partindo das alterações sociais já mencionadas, constatou-se, já de início, que as promessas institucionais por segurança, nem sempre atendem, ou até mesmo, não são uma prioridade na vida da maioria das pessoas, mostrando-se fortemente atrelada a uma sensação de perda de liberdade.

Retomando o pensamento de Gallarza (2015), com a extinção da mata ciliar, devido à ocupação desenfreada, a principal consequência ambiental, além da degradação das margens, seria o excesso de cheias e alagamentos. Aqui podemos traçar um ponto de partida no que se refere à questão da segurança. Nesse caso, as incertezas por conta das chuvas e das cheias do rio que, além das águas, traziam consigo roedores e animais peçonhentos, apontam para o que Freud ([1930] 2010) elencou como duas das fontes da origem do sofrimento psíquico: o poder superior da natureza e a fragilidade dos nossos corpos. Essa vulnerabilidade é constatada em trechos de duas entrevistas:

R – “Deus o livre, nois num conseguia nem saí de casa ... pra levanta cedo trabaia tinha de pisa na água gelada [...] num era fácil, nois sofrimo bastante lá né...” [Sic] (R. 47 anos)

B – “Eu lembro uma vez a enchente maior, nossa eu estava deitada, eu e o R., é eu e o R. o J. não estava lá, era umas quatro horas da manhã eu acho, escutei uns estralo né, gente andando pra lá e pra cá [...] a água tava no quarto já (risos), eu olhei minhas coisa tudo molhada, a geladeira pela metade di água, a máquina, o liquidificador tudo né. Nossa daí eu voltei deita assim e comecei a chora.” [Sic] (B. 28 anos)

Então, “tal conhecimento não produz efeito paralisante; pelo contrário, ele mostra a nossa atividade a direção que deve tomar” (FREUD, [1930] 2010, p. 43). Diante dessa realidade, a Secretaria Municipal de Habitação de São José dos Pinhais criou em parceria com outras esferas de governo o Projeto Itaqui, com o objetivo de restaurar ambientalmente a Bacia do Rio Itaqui através da reconstituição da mata ciliar, da execução de canais de drenagem e saneamento básico. O projeto teve início em 2008 e também incluiu algumas famílias que possuíam legalidade sobre os imóveis, mas todas elas encontravam-se em condições de precariedade socioambiental (GALLARZA, 2015).

Além das questões ambientais, outras dificuldades encontradas pelos moradores às margens do rio, igualmente atreladas à falta segurança, é a violência. Conforme afirma Pescarolo (2017) para se entender o conceito é necessário analisar, pelo menos, três aspectos: o momento histórico em que o comportamento acontece, a cultura em que os sujeitos estão inseridos e o contexto em que tal ação ocorre.

Dito isso, faz-se um breve recorte sobre a violência doméstica e a criminalidade, causadores de uma permanente instabilidade social local. Observa-se no trecho da entrevista abaixo, como o patriarcalismo<sup>5</sup> é uma forma persistente de estrutura, ainda muito presente nas relações familiares da população analisada e como essa relação está atrelada diretamente a violência doméstica e uma consequente restrição de liberdade o que, no limite, somariam aspectos negativos na defesa de uma reestruturação geográfica.

I – [...] destruiu o carro bêbado [...] aí eu tava saindo lá, ele pegou um cabo de vassoura, e me acertou. Eu só sei a hora que eu senti o cabo nas minhas costas, nossa, mas aquilo doeu, meu Deus do céu. [Sic] (I., 37 anos)

Conforme Pescarolo (2017, p.170) “o fator realmente preponderante é a relação de poder que o homem tem sobre a mulher, e que o faz sentir como no direito de agredi-la, como se tivesse posse sobre ela”. Mantendo a mesma lógica, a agressão, o

<sup>5</sup> Patriarcalismo, conforme Barreto (2004) é um modelo familiar onde se situa as sociedades atuais. Seu atributo principal diz respeito a autoridade do homem sobre as mulheres e filhos. Essa relação seria reforçada institucionalmente por diversas esferas sociais.

descontrole e o abandono aos filhos são mais alguns desdobramentos desta relação:

I – [...] Ele bateu, ele bateu na Michelle, chegou a tempo dele agredir a soco mesmo. Às vezes ela tinha que defender eu, e eu defender ela. Aí ele falava: “se for pra eu bater, eu bato em vocês duas” [...] E muitas vezes ela entrava no meio pra me defender, porque ele vinha me bater e ela entrava no meio. [Sic] (I., 37 anos)

Para a moradora citada acima, a mudança para um condomínio fechado, trouxe a possibilidade de ela entrar com uma medida protetiva contra o ex-marido, bem como a facilidade para que essa ação se desenrolasse, pois, há de se presumir que na antiga residência pela própria precariedade construtiva, o distanciamento e a dificuldade de acesso aos/dos serviços públicos, tal medida seria impossível. Além de denunciar o ex-marido na delegacia, I. precisou se abrigar na Casa de Alice – Casa de Apoio à Mulher em situação de Violência doméstica – por algumas semanas, até que o documento fosse entregue. Hoje, por ordem judicial, o acesso do ex-marido é restrito a portaria do condomínio.

Já a questão da criminalidade é vista através de perspectivas diferentes por parte dos moradores, dentre eles destacamos um em especial, que mostra que nem sempre a mudança vem acompanhada de benefícios no que se refere a segurança. Para W. e sua família que foram reassentados em uma casa – por se tratar de uma família com muitos membros – a nova residência acabou por atrair a criminalidade até eles, como nota-se no relato do morador durante a entrevista:

W: [...] A piaçada ficava à vontade...igual ele mesmo, ficava o dia inteiro na frente de casa e não tinha problema...a casa não tinha nem portão.

Entrevistador: Então lá não tinha problema com segurança?

W: Não, não, assim esse tipo de coisa não, não tinha problema não...Para você ter uma ideia, nós começemo a usa chave quando nós mudemo pra cá (risos).

Entrevistador: Pode-se dizer então que a relação com a segurança mudou quando vocês vieram para cá? Existe aqui uma sensação maior de insegurança?

W: Eu já fui roubado duas vezes aqui cara[...]eu uns quatro meses atrás, os cara entraram aqui na minha casa, roubaram televisão e [...] [Sic] (W. 50 anos)

Apesar de divergentes e contraditórias as opiniões acerca da segurança, assim como os recursos encontrados para minimizar os problemas relacionados a ela, nos deparamos com soluções generalistas, impostas pelo sistema através das instituições e que de qualquer forma atravessam, em alguma medida, a liberdade individual de escolha. As soluções encontradas muitas vezes, agem de modo paliativo, como no caso de I., mas também podem trazer novos problemas como destacado ainda no recorte da entrevista com W.:

Entrevistador: “E lá em baixo isso nunca aconteceu?”

W: “Não, lá em baixo nunca me roubaram...pra cá você já vê o tamanho das grade, o tamanho dos muro...não sei se o pessoal olha por causa da boniteza, que agente, como, né Deus abençoou de vir para uma casa nova...quem não quer ter uma casa bonita né?” [Sic] (W., 50 anos)

Pode-se notar que a formalidade de uma nova residência, dentro dos parâmetros sociais aceitáveis, traz consigo não só o conforto – também aceitável socialmente – mas também outras necessidades e obrigatoriedades. Antes, como se constatou, as inseguranças advinham dos riscos de tragédias naturais e também dificuldades relacionadas à saúde, como a falta de saneamento básico e acessibilidade, por exemplo. Mas hoje, a própria ideia da construção de grades e muros representa muito mais os problemas atuais enfrentados por essas famílias, do que apenas sua aparente função protetiva.

E assim evoca-se um outro aspecto do pensamento de Freud ([1930] 2010) que indica para a fragilidade existente nas normas que orientariam os laços humanos, tanto na família, como no Estado e na sociedade como um todo. Essa seria uma terceira fonte originária do mal-estar como consequência do processo civilizador, portanto de acordo com o autor:

Já demos resposta, ao indicar as três fontes de onde vem o nosso sofrer: a prepotência da natureza, a fragilidade de nosso corpo e a insuficiência das normas que regulam os vínculos humanos na família, no Estado e na sociedade. No tocante às duas primeiras, nosso julgamento não tem porque hesitar: ele nos obriga ao reconhecimento dessas fontes do sofrer e à rendição ao inevitável [...] temos outra atitude para com a terceira fonte de sofrimento, a social. Esta não queremos admitir, não podendo compreender por que as instituições por nós mesmos criadas não trariam bem-estar e proteção para todos nós. Contudo, se lembrarmos como fracassamos justamente nessa parte da prevenção do sofrimento, nasce a suspeita de que aí se esconderia um quê da natureza indomável, desta vez da nossa própria constituição psíquica. (FREUD, [1930] 2010, p. 44)

Trazendo essa concepção para o contexto da pesquisa, reporta-se ao condomínio como instituição representante do sistema, indicado, nesse caso, para remediar o sintoma social encontrado no Itaquí. Busca-se primeiramente, apreender a noção de condomínio e sua origem nacional. O condomínio surgiu no Brasil na década de setenta, pós ditadura militar, trazendo uma proposta de saciar um desejo de controle e segurança defendendo a homogeneidade, o funcionalismo, a ordem, a simetria e a limpeza como meio para se remediar o mal-estar social causado principalmente pela violência, tornando-se um sonho brasileiro de consumo.

De acordo com Pescarolo (2017), através da história, vê-se que muitos que conquistaram o direito a liberdade, hoje, abdicam desse triunfo em troca de um estilo

de vida considerado mais seguro, porém, não menos isolado, dentro dos condomínios fechados. Para entender o funcionamento dessa estrutura, Safatle traz como exemplo o clássico de Jean-Luc Godard:

Alphaville é também o nome de um dos primeiros condomínios fechados do Brasil, inaugurado como um lugar seguro e controlado, no qual a nossa humanidade meridional poderia voltar a aflorar sem precisar se confrontar com o medo do caos social. No local, entre construções *fake* e neoclássicas e jardins sem grades, tudo deveria ser “civilizado” como em *Alphaville*, uma sociedade baseada em modelos militares de exclusão. (SAFATLE, 2014, p. 9)

Para isso, um dos aspectos principais do condomínio, diz respeito a construção de muros. “O muro é uma estrutura de defesa, uma forma de determinação do espaço como território” (DUNKER, 2014, p. 59). Costuma-se também nominar esse modelo habitacional, conforme Caldeira (1997), enclaves fortificados. Ainda para Dunker, na obra *Mal-Estar, Sofrimento e Sintoma* de 2014, dentro desse espaço seriam defendidos os interesses comuns de pessoas com a mesma configuração social, trazendo segurança através da sensação de pertencimento e humanidade, além, é claro, de manter de fora de seu território o risco, a indeterminação e a precariedade.

A grande questão que surge aqui é que essa lógica está diretamente ligada as classes médias e altas, em que o condomínio não seria apenas um refúgio, mas também, fonte de trabalho e lazer, fortalecendo ainda mais a fragmentação das cidades e a segregação social, como aponta a pesquisadora:

Enclaves fortificados são espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho[...]Estão voltados para dentro, e não para rua; são controlados por guardas armados e sistemas de segurança privada que põe em prática regras de admissão e exclusão[...]Eles não mais dependem de um centro urbano com alta densidade de serviços, como as antigas zonas de escritório e de comércio[...]Por fim, os enclaves tendem a ser ambientes socialmente homogêneos, na maioria das vezes formados por classes médias e altas. (CALDEIRA, 1997, p.159)

Um dos pontos chave da nossa discussão acerca da liberdade e segurança, como visto também na discussão sobre a questão financeira, é de que a população apreciada nesta pesquisa é justamente aquela de que os mais abonados financeiramente desejam se distanciar. E parece que o grande mal-estar gerado hoje, em nossa sociedade consumista, é o fato de ser insuportável acreditar que pessoas como as observadas, possam ser felizes vivendo a própria sorte, sem endereço fixo, às margens de um rio, resistindo ao desenvolvimento coercivo da sociedade que tem como premissa reduzir a liberdade do sujeito gradativamente. Para Freud ([1930] 2010, p. 61):

A liberdade do indivíduo não constitui um dom da civilização. Ela foi maior antes da existência de qualquer civilização, muito embora, é verdade, naquele então não possuísse, na maior parte, valor, já que dificilmente o indivíduo se achava em posição de defendê-la.

Portanto com o pretexto de um bem-estar pautado em segurança e/ou livre de inseguranças, as famílias retiradas – não tendo escolhas – se depararam com questões de hipertrofia de regulamentos, restrições e perda de liberdade característicos do processo civilizador. Desta forma, “pois desvelou-se que, quando o homem não é capaz de suportar as exigências impostas em prol dos ideais culturais, desenvolve doenças psicossomáticas, estas não afetam somente sua liberdade, mas restringem totalmente suas possibilidades de felicidade” (VIDAL; GALENO, 2016, p. 42).

Partindo desse entendimento revela-se o trecho da moradora Z., em que conta os momentos de angústia que sua mãe, Dona Ana, viveu antes a espera da mudança e seu posterior adoecimento, até o seu falecimento:

*[...] ela se colocou ai né, tinha a casinha dela tudo, tinha os bixinho tudo, então ela se envolvia muito com folhagem, com animal, assim e apartamento, jamais ela ia morar em apartamento e quem se criou a vida inteira em sitio né, se acostuma dentro de um apartamento, não se acostuma nunca né morar dentro de um apartamento, dai foi que ela pediu que queria uma casa, eles não deram, só tinha a opção de casa, só a possibilidade de apartamento para ela e dai ela disse para eles: acho que eu não vou aguentar, eu não vou durar muito tempo se vocês me enfiarem em um apartamento e acabaram trazendo ela para cá, e pondo num apartamento e ela já começou a ficar doente, triste também, ela ficava muito sozinha, porque dai lá os fio tava toda hora juntos né, que dai eles extraviaram tudo os fio também, né [...] Ela ficou aqui, qué ve um, não chegou a dois ano, ela já faleceu. [Sic] (Z., 60 anos).*

Parece que dona Ana, viveu o que parecia impossível, conciliar liberdade e segurança em sua peculiar trajetória, contrariando, por exemplo, questões apontadas por Bauman (2017) que, coloca ambos aspectos como imprescindíveis para uma vida satisfatória, mas sempre como lugares opostos e inconciliáveis. Para o autor, ainda, os indivíduos pós-modernos, após terem alcançado o que seria um ápice na conquista por autonomia, estariam cada vez mais propensos a ceder grande parte da sua liberdade em troca da isenção de inseguranças advindas do excesso de escolhas.

Fica evidente a importância tanto da liberdade, quanto da segurança em diferentes níveis nas esferas individuais e coletivas, buscou-se compreender um pouco a respeito das origens dos mal-estares e seus diagnósticos. Olhou-se para a correspondência liberdade versus a segurança na prática, acolhendo a subjetividade do homem, suas construções sociais e possíveis caminhos para um equilíbrio entre esses valores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Alagados, Trenchtown, Favela da Maré*  
*A esperança não vem do mar*  
*Nem das antenas de TV*  
*A arte de viver dá fé*  
*Só não se sabe fé em quê*  
**Alagados, Paralamas do Sucesso, 1986.**

A música “Alagados” citada no trecho acima remete à desigualdade social recorrente no Brasil que é um dos motivadores para a construção de reassentamentos habitacionais que, em tese, levariam à melhorias no que concerne à qualidade de vida desses sujeitos.

Contudo, os entrevistados da pesquisa trouxeram por meio de seus relatos outras faces da mudança e na maioria das vezes não a qualificam como positiva. Isso, possivelmente diverge da expectativa do poder público, para o qual essa a mudança era esperada como um fator decisivo, pois essas pessoas foram retiradas de uma área de risco e realocadas em um novo endereço que, a princípio, traria mais segurança e qualidade de vida.

Mesmo que grande parte das famílias localizadas tenham permanecido no lugar do reassentamento, é constante em seus discursos o desejo de mudança para outra localidade, visto que a nova lógica de moradia exige uma reorganização financeira e subjetiva que não vem junto com a chave da residência.

No que se refere à manutenção de hábitos sociais, observa-se que o fato de o condomínio ter sido construído nas proximidades das antigas casas desses sujeitos os auxiliou a conservar algumas das atividades que realizavam antes da mudança – como ir à Igreja que frequentavam, por exemplo. Outros costumes, como o de construir hortas ou simplesmente estender a roupa no varal do quintal foram balizados por conta das normas do condomínio que ditam novas regras sociais. Também se nota que dentro do condomínio, os indivíduos preservaram parcialmente os laços das redes sociais que possuíam antes, visto que a divisão dos apartamentos se dá através de sorteio e é comum que aqueles que antes eram vizinhos não sejam mais, sendo essa outra questão que traz mais uma necessidade de readaptação aos moradores.

Acredita-se que uma diferente forma de avaliação, para a realocação das famílias poderia ser desenvolvida, não somente para esse conjunto habitacional com o qual a pesquisa teve contato, mas sim para todas as políticas habitacionais desenvolvidas, pois muitos trazem em seus relatos a dificuldade em pagar as contas que vem com o condomínio, aquelas além do que estavam acostumados a pagar. Dessa forma,

poderia ser analisada também a questão financeira dessas famílias, no momento em que se designa se essas serão realocados em apartamentos ou em casas, se elas teriam as condições de arcar com todos os custos inerentes a esse novo modo de vida mais tipicamente associado às classes médias, a vida em um condomínio. Posto que, segundo Silva (2016), as políticas habitacionais têm como ponto central, trazer um desenvolvimento socioeconômico tanto para a família quanto para a cidade que desenvolveu o projeto e também para a sociedade de uma forma geral, pode-se considerar que tais políticas fracassaram, pois não se observa essa evolução financeira na maioria das famílias entrevistadas. Portanto, faz-se necessário pensar que as políticas habitacionais de reassentamento são extremamente complexas, pois tocam não somente em aspectos objetivos, mas também em questões subjetivas muito profundas, tais como o sentimento de pertença e nas construções identitárias. Nesse sentido, esse trabalho pôde contribuir para desmistificar o senso comum do que significam esses processos de mudança.

## REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z.; DESSAL, G. **O retorno do pêndulo**: sobre a psicanálise e o futuro do mundo líquido. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2017.
- BOURDIEU, P. Compreender. In: BOURDIEU, P. et al. **A miséria do mundo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 693-732.
- \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- \_\_\_\_\_. et al. (Org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- CALDEIRA, T, P do R. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 47, p. 155-176, mar. 1997.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- DUNKER, C. **A lógica do condomínio**. In: Piseagrama, Belo Horizonte, número 11, página 102-109, 2017.
- \_\_\_\_\_. **Mal-estar, sofrimento e sintoma**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.
- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FREUD, S. **O mal-estar na civilização**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2010.
- GALLARZA, G. Contexto socioambiental. In: VIEIRA, C. V. L. **Mudanças**. Curitiba: Lausac, 2015. p. 6-7.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T (Org.). **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**: a identidade em questão. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LOIZOS, P. Vídeo, filme e fotografia como documento de pesquisa. In: BAUER, M. W. GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 137-155.
- MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Tradução: Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: M. Fontes, 1999.
- PESCAROLO, J. K. **Sociologia urbana e da violência**. Curitiba: Intersaberes, 2017.
- ROCHA, A. L. C. da; ECKERT, C. Etnografia: saberes e práticas. **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 9, n. 21, p. 1-23, 2008.
- SAFATLE, V. Depois dos muros de Alphaville, o mato. In: DUNKER, C. **Mal-estar sofrimento e sintoma**. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 9-12.
- SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

SILVA, L. L. B. Um olhar sobre a exclusão socioeconômica e a falta de integração entre programas públicos de habitação e ações para o desenvolvimento dos beneficiários: um estudo no Condomínio Popular Parque Morada Real, em Belo Campo-BA. In: SEMAD – SEMANA DO ADMINISTRADOR DO SUDOESTE DA BAHIA, 18., 2016, Vitória da Conquista. **Anais SEMAD...** Vitória da Conquista, 2016.

VARGAS, D. “Eu fui embora de lá, mas não fui”: a construção social da moradia de risco. In: VALENCIO, N. (Org.). **Sociologia dos desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: Rima, 2009. p. 80-95.

VIDAL, E. M. N.; GALENO, L. M. F. A satisfação plena das pulsões e o processo civilizatório: uma leitura filosófica de o mal-estar na civilização de Sigmund Freud. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA NA GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA, 5., 2016, Belém. **Anais...** Belém: UFPA, 2016. p. 37-49.

VIEIRA, C. V. L. et al. **Mudanças**. Curitiba: Lausac, 2015.